Força e união da indústria de tecnologia e nutrição

Modernização e Profissionalização

Roberto Levrero*



A Associação Brasileira das Indústrias de Tecnologia em Nutrição Vegetal (Abisolo) foi fundada em 2003. Neste ano, portanto, completa nove anos. É uma associação jovem, em processo de incorporação de força e representatividade de importantes insumos agrícolas relacionados com o desenvolvimento tecnológico da agricultura brasileira.

Composta das empresas fabricantes de fertilizantes orgânicos, organominerais, minerais, biofertilizantes, condicionadores de solo e substratos para plantas, a Abisolo tem conquistado vitórias marcantes no lado empresarial. São os casos da isenção de ICMS para substratos e condicionadores, que não eram reconhecidos como insumos agrícolas, bem como da isenção de ICMS das matérias-primas usadas na produção de fertilizantes orgânicos para o Estado de São Paulo, além da aprovação do Código da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (Cnae) para os fertilizantes de base orgânica.

Para estas vitórias, estratégias fundamentais foram implementadas para fortalecer e valorizar a imagem da entidade com o segmento formador de opinião do agronegócio brasileiro. Estamos com participação ativa nos órgãos como a Câmara Temática de Insumos Agropecuários, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a Câmara Setorial de Insumos, da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, o Conselho Nacional de Política Fazendária do Ministério da Fazenda (Confaz), o Conselho Nacional do Ministério do Meio Ambiente (Conama), a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb), a Política de Desenvolvimento Produtivo, do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), a Receita Federal e o IBGE.

Como proposta de melhoria da qualidade em termos dos resultados comparativos das análises e metodologias analíticas oficiais, a Abisolo também oferece aos associados o Programa Interlaboratorial para os fertilizantes foliares. Com todas as dificuldades naturais de ser uma entidade nova, a associação mostra comprometimento com o ideal de seguir na linha da profissionalização e modernidade. Contamos com Planejamento Estratégico para nortear as nossas ações. O foco começa desde a disciplina na organização das reuniões, para que tenha objetividade, atualidade e dinâmica na avaliação dos trabalhos desenvolvidos e propostos.

A desoneração tributária dos produtos representados pela entidade constituiu um de seus objetivos prioritários. A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), o Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC), a câmara ambiental da Cetesb, o convênio Embrapa, o projeto alíquota zero Pis/Cofins para os fertilizantes micronutrientes, o projeto de regulamentação dos biofertilizantes, as revisões das instruções normativas do Mapa e o desenvolvimento de estatísticas mercadológicas representam oportunidades concretas. Enfim, há conteúdo para discutir e trabalhar, com uma agenda que justifica plenamente a existência e a posição da Abisolo, com um quadro associativo de mais de 60 indústrias de tecnologia em nutrição vegetal.

* Presidente da Abisolo

Benefícios sustentáveis dos fertilizantes organominerais

Gustavo Branco*



Em 2030, segundo previsões do relatório *Resilient People*, *Resilient Planet*: A *Future Worth Choosing*, da Organização das Nações Unidas, publicado em 30 de janeiro de 2012, o mundo precisará de 50% mais alimentos, 45% mais energia e 30% mais de água. Esse cenário acarreta preocupações evidentes entre entidades governamentais, privadas e, principalmente, no consumidor final, cada vez mais criterioso nas tomadas de decisão.

Existe um impasse entre o crescimento populacional com a disponibilidade finita de terra e água para as atividades produtivas. Então, mais do que expandir as fronteiras, precisamos aumentar a produtividade nas áreas já disponíveis para a agricultura.

Embora todos os nutrientes minerais sejam encontrados nos solos, geralmente as suas quantidades são insuficientes para sustentar as altas produtividades das culturas.

Para garantir nutrição adequada às plantas, os especialistas recomendam aplicações de quantidades maiores de nutrientes para:

- Compensar os baixos teores naturais existentes no solo;
- Repor os solos desgastados;

• Combater os efeitos de processos naturais (volatilização, lixiviação e fixação), que comprometem sua disponibilidade para as plantas.

De fato, a maioria dos solos tropicais não apresenta as características mais adequadas à alta produtividade agrícola. Esta percepção de inadequação do solo é recente na história da humanidade. Entretanto, vem justificando práticas de manejo pragmáticas e prejudiciais do ponto de vista ambiental.

Uma forma de minimizar os efeitos negativos do uso de fertilizantes químicos foi a aplicação de compostos orgânicos ou ácidos húmicos fúlvicos de forma isolada no solo, que mostraram sucesso na reconstrução da sua biologia e melhoria de sua qualidade; isso está relacionado ao fato de que a aplicação de matéria orgânica humificada aumenta a quantidade de coloides orgânicos no solo, aumentando a absorção de nutrientes, protegendo-os de condições adversas no solo.

Além disso, também tem características de quelantes e complexantes, tornando a liberação dos nutrientes mais lenta e gradual, de acordo com as necessidades das plantas.

Mas apesar destes benéficos diretos, não se obtém progresso na reposição e/ou disponibilização de quantidades adequadas de nutrientes à obtenção das produtividades requeridas.

No século 20, a fertilização química foi o caminho encontrado para aumentar a produtividade agrícola e evitar a escassez de alimentos. Agora, a chamada economia verde clama por processos mais adaptados aos desafios atuais.

Neste sentido, a mistura de fertilizantes convencionais (químicos) com compostos orgânicos (fertilizantes organominerais) abre nova perspectiva para garantir uma nutrição de maneira mais adequada e eficiente.

A Abisolo busca estabelecer parâmetros corretos para a caracterização, regulamentação e avaliação dos fertilizantes organominerais, de modo a atender às exigências de um mercado crescente e rentável, adequando-o às necessidades atuais e futuras no que tange às vertentes econômica, social e ambiental.

*Diretor de Fertilizantes Organominerais

PRODUTOS BIO SOJA.
NUTRIÇÃO E PROTEÇÃO EM TODAS AS CULTURAS.



Grupo Bio Soja
www.biosoja.com.br

Crescimento dos fertilizantes foliares

Gilberto Pozzan*



Estão com o agronegócio o desafio e a responsabilidade de produzir alimentos para suportar o crescimento orgânico da população, somados à melhoria da qualidade de vida dos países em desenvolvimento. O que está faltando para alcançarmos os tetos de produtividade que a genética já nos proporcionou? O que está faltando para atingirmos por hectare 6.000 quilos de soja e 18.000 quilos de milho?

Sem dúvida, uma das respostas a estas perguntas passa pela nutrição de plantas. Macro e micronutrientes, análises de solo, de folha, de seiva e da solução do solo são palavras comuns e obrigatórias no meio agrícola. A chegada de empresas com filosofia técnica e produtos inovadores está alterando o mapa de produtividade do País. O crescente nível de adoção de tecnologia é realidade em todos os cultivos e mostra o incremento da profissionalização, tanto do produtor como das indústrias agrupadas na Abisolo.

Já denominados como fertilizantes especiais, os macros e os micros fluidos estão sendo combinados com extratos vegetais, aminoácidos, ácidos húmicos, com a geração de produtos denominados de biofertilizantes, bioativadores, bioindutores. Estes produtos já tiveram seu potencial verificado pela academia científica que comprova ganhos de produtividade entre 5% a 15% sobre os manejos tradicionais.

Muito além de produtividade, estes inovadores insumos garantem, também, buscar mais proteína, amido, óleo, açúcar, em cada tonelada produzida. Alimentos fortificados são a meta de várias ONGs e instituições públicas e privadas na busca da qualidade final de cada produto gerado.

Apesar do sucesso em vencermos as barreiras técnicas e econômicas, ainda carecemos da evolução e modernização da legislação dos fertilizantes para a realização deste potencial.

Sabemos da carência de dados do mercado, mas a Abisolo mostra maturidade para assumir este importante papel.

Neste contexto, torna-se fundamental a soma de empresas do setor que ainda não estão na Abisolo, pois a entidade desponta com a missão de unir estas tecnologias e colocar o Brasil em posição de destaque em termos de produtividade e sustentabilidade. Quanto mais representatividade, melhor respaldo teremos em nossas demandas.

*Diretor de Fertilizantes Foliares e Micronutrientes





Boas práticas na fabricação de fertilizantes

Amália Cristina Piazentim*



As indústrias fabricantes de fertilizantes no Brasil já ultrapassam o patamar de 900 unidades em 2012. O número em destaque, que excede os aspectos da demanda nacional por fertilizantes, busca atender ao consumidor cada vez mais exigente em tecnologia de produtos para aumento da produtividade agrícola a um custo acessível. Neste mercado de acirrada disputa, a qualidade do produto deixa de ser uma vantagem competitiva para tornar-se cada vez mais requisito fundamental para a comercialização.

Uma das formas para se atingir um alto padrão de qualidade é a implantação do programa de Boas Práticas de Fabricação (BPF), com *cases* nas indústrias alimentícias e farmacêuticas no Brasil.

Responsável pela formulação e execução das políticas para normatização dos fertilizantes no Brasil, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), com vista a modernizar suas ferramentas regulatórias, iniciou em 2011 estudos com as entidades de classe para consolidação da normativa BPF para os fertilizantes.

Prevista para implantação em 2013, para atenderem às especificações, as indústrias investem em adequações das instalações, formação de equipes, mudanças comportamentais dos colaboradores, mediante a implementação de procedimentos e treinamentos. Os benefícios aparecem com:

- Perpetuação da imagem e da vida da organização;
- Diminuição do percentual de devolução de produtos não conformes;
- Menores reclamações do agricultor referentes à qualidade do fertilizante;
- Redução do desperdício durante a fabricação;
- Queda no índice de autoinfrações;
- Facilidade em acordos multilaterais no comércio internacional.

Não obstante a BPF, serão ainda necessários investimentos para a adequação das não conformidades detectadas nas instalações, nas ações de motivação dos funcionários, na revisão da engenharia de um projeto, nos processos de distribuição e venda e na disposição após o uso do produto. Um produto com deficiência na criação, na formulação e no processo, ou nas características de embalagem pode inviabilizar o cumprimento das BPF. Enfim, a certificação nas indústrias de fertilizantes será uma ferramenta para mitigação de impactos e agregação de valor, garantindo transparência e confiança entre as partes, produtor, consumidor e a sociedade.

O que é BPF?

É um conjunto de normas que definem a infraestrutura e os procedimentos sanitários e operacionais aplicados em todo o fluxo de produção, desde a obtenção das matérias-primas até a distribuição do produto final, com o objetivo de garantir a qualidade, a conformidade e a segurança dos fertilizantes destinados à agricultura.

*Engenheira Agrônoma

Modernização da legislação de fertilizantes

Guilherme Romanini*



As legislações brasileiras, geralmente, estão a alguns passos atrás e também a reboque das novas tendências de mercado e das novidades oferecidas pela ciência. Assim, o setor privado busca entendimento com os órgãos reguladores e fiscalizadores, no intuito de construir leis e normas mais próximas possíveis da necessidade da sociedade.

A legislação de fertilizantes passou por este processo há oito anos e neste momento aguarda a assinatura da Presidência da Republica do Decreto nº 4.954, de 14 de janeiro de 2004. A construção desta nova legislação passou por um processo de revisão enorme e contou com o trabalho dos fiscais federais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e dos profissionais das entidades de classe.

A Abisolo contribuiu com várias considerações, e as alterações propostas foram consolidadas e introduzidas neste novo decreto. O seu conteúdo prevê as normas de Boas Praticas de Fabricação e Controle, certamente um grande passo a trazer maior tranquilidade e qualidade para os agricultores. Dessa maneira, o setor poderá contar com uma legislação mais moderna e transparente, de forma a trazer maior segurança jurídica e velocidade para as indústrias e os órgãos reguladores e fiscalizadores.

Com a publicação deste novo decreto, todas as instruções normativas que regulamentam e estabelecem normas a esta legislação passarão por alterações. Para adiantar este processo, a Abisolo já constituiu grupos de trabalho para discutir e formalizar documentações embasadas tecnicamente e cientificamente, com a finalidade de propor mudanças adequadas que se fazem necessárias.

*Vice-Presidente



Biolchim
Concimi Speciali
O VALOR DA EXPERIÊNCIA,
A FORÇA DA INOVAÇÃO

Fertilizantes de Última Geração
para uma Agricultura Preocupada
com as Próximas Gerações

BIOLCHIM DO BRASIL
IMP. E COM. LTDA.
Av. Iraí, 79 - cjs.51/55 - Torre A
Moema - São Paulo - SP
Brasil - CEP: 04082-000
Tel/Fax: 55-11-2589-9335
biolchim@biolchim.com.br
www.biolchim.com.br

Logística reversa

Leonardo Regis Pereira*



A logística reversa tem sido mencionada de forma crescente em livros modernos de logística empresarial, em artigos internacionais e nacionais, com a demonstração da sua aplicabilidade e de interesse em diversos setores.

Desta forma, a empresa não deve mais se preocupar apenas em fabricar, vender e distribuir, ou seja, ela não deve cuidar apenas da logística convencional. A tendência da legislação brasileira, que caminha no sentido de tornar as empresas cada vez mais responsáveis por todo o ciclo de vida de seus produtos, tornará a empresa a responsável pelo destino da embalagem de seu produto após a entrega dos produtos aos clientes. Isso se dá através do recolhimento, tratamento e da reciclagem dos resíduos de seus produtos, como tem ocorrido recentemente na indústria de defensivos agrícolas.

Na área de nutrição de plantas, as empresas produtoras de fertilizantes já enxergam que a logística reversa será o próximo passo para a sustentabilidade do setor, visto que o crescimento anual deste segmento ultrapassa o de outros setores, como o dos defensivos agrícolas.

Para o setor de fertilizantes não há uma legislação específica para a destinação das embalagens geradas após a utilização dos fertilizantes. Contudo, há um projeto de lei, que tramita na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, obrigando os fornecedores de bens do Estado de São Paulo a recolherem no domicílio de seus clientes embalagens de produtos comercializados.

Neste aspecto, no futuro próximo, as empresas produtoras de fertilizantes serão obrigadas a dar destinação final às embalagens vazias. Desta forma, elas terão de desenvolver um modelo parecido ou integrado ao Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (Inp-EV)), entidade sem fins lucrativos, criada em 2001 pela indústria fabricante de agrotóxicos, para realizar a destinação final adequada das embalagens vazias no Brasil. O seu objetivo é cumprir os requisitos da Lei 9.974/00, que determina a responsabilidade compartilhada pela destinação das embalagens entre agricultores, canais de distribuição, indústria fabricante, com apoio do poder público.

Conceito da logística reversa

Consiste em trazer de volta ao ciclo produtivo materiais, embalagens e produtos comercializados e começa a ganhar fôlego entre as empresas na atualidade e a formar um novo mercado para as operadoras logísticas, uma vez que as mercadorias devolvidas oferecem oportunidades para recuperação do valor, bem como economias de custo em potencial.

*Diretor de Relações Institucionais e Comunicação Social

Estímulo aos insumos orgânicos

Kátia Goldschmidt Beltrame*



O Brasil vem assumindo um forte compromisso voluntário para reduzir as emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE). Em dezembro de 2009, durante a realização da 15ª Conferência das Partes (COP-15), em Copenhague, na Dinamarca, o governo brasileiro divulgou o compromisso de redução das emissões, até 2020, entre 36,1% e 38,9%. Isso significa deixar de emitir 1 bilhão de toneladas de equivalente CO_2.

Para viabilizar essa meta, a Lei nº 12.187, em 29 de dezembro de 2009, instituiu a Política Nacional de Mudança Climática (PNMC). Há 12 Planos de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas sendo implantados, entre eles o Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas Visando à Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura, que está sob a Coordenação da Presidência da República/Casa Civil, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA).

O objetivo geral do Plano Setorial da Agricultura é:

- Garantir o aperfeiçoamento contínuo e sustentado das práticas de manejo que reduzam a emissão dos Gases do Efeito Estufa;
- Aumentar a fixação atmosférica de CO_2 na vegetação e no solo dos setores da agricultura brasileira.

Com o objetivo de facilitar o cumprimento dos compromissos assumidos pelo governo brasileiro, para a área da agricultura, foi institucionalizado o Programa Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (Programa ABC), que é uma estratégia de implementação do Plano Setorial criado pelo Mapa.

O Programa ABC visa promover a adoção de tecnologias que diminuem a emissão dos GEE na agricultura, de acordo com a PNMC, com a melhoria da eficiência no uso de recursos naturais, aumento da resiliência de sistemas produtivos e de comunidades rurais, e a adaptação do setor agropecuário às mudanças climáticas.

Para a safra 2012/2013, o Programa ABC terá R$ 3,4 bilhões disponíveis em linhas de crédito. A taxa de juros para o período diminui em relação à safra anterior (2011/12), de 5,5% para 5% ao ano, a menor fixada para o crédito rural destinado à agricultura empresarial. Na safra 2011/12, o Banco do Brasil atingiu o montante de R$ 1 bilhão no Programa ABC, superando a meta do banco de emprestar R$ 850 milhões.

As indústrias representadas pela Abisolo detêm tecnologia para:

a) substituição de insumos de alta capacidade emissora de GEEs;

b) promoção da melhoria da qualidade das pastagens;

c) diminuição da emissão de gás metano (CH4) no tratamento dos resíduos de orgânicos de origens animal, vegetal e agroindustriais.

Dessa maneira, a entidade pretende solicitar a criação de uma nova linha de ação para o Plano ABC, no sentido de incentivar o uso de insumos orgânicos agrícolas registrados pelo Mapa. O estabelecimento da sinergia entre o Mapa e as indústrias de insumos orgânicos ajuda a legalidade, pois somente as empresas registradas oficialmente e seus produtos teriam acesso aos benefícios do Plano. Isso estimulará os produtores a se engajarem na adoção de Boas Práticas de Fabricação (BPF), de forma que seus produtos realmente agreguem plenamente os benefícios esperados de uma boa fonte de matéria orgânica nos solos e, consequentemente, no aumento da produtividade das culturas.

*Diretora de Fertilizantes Orgânicos

Brasil: Metas de redução dos GEE no período de 2010 a 2020

Subprogramas	Área Atual (milhões ha)	Compromisso Agricultura 2010/2020	
		Área (milhões ha)	Recuperação de Emissão de GEE (milhões t CO_2 eq)
Recuperação de Pastagens Degradadas	40,0	15,0	83 a 104
Integração Lavoura-Pecuária-Floresta	2,0	4,0	18 a 22
Sistema Plantio Direto	25,0	8,0	16 a 20
Fixação Biológica de Nitrogênio	11,0	5,5	10,0
Plantio de Florestas	6,0	3,0	-
Tratamento de Dejetos de Animais	-	*	**6,9**

Fonte: Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas Visando à Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura


agrichem®
Use e surpreenda-se.
Broadacre Mn
BOOSTER
CAL SUPER
www.agrichem.com.br

Programa Nacional de Mineralização dos Solos

Gean Carlos Silva Matias*



O Projeto de Lei nº 2.727, de 2011, que institui o Programa Nacional de Mineralização dos Solos, proposto pelo deputado Lelo Coimbra (PMDB-ES), cujo objetivo é incentivar o enriquecimento do solo utilizado para o cultivo de plantas por meio da adição de micronutrientes, visando aumentar o valor nutricional dos alimentos, foi avaliado pela Abisolo, que, após estudo detalhado entre técnicos das empresas associadas, emitiu o parecer consubstanciando e indicando os principais pontos:

1) O Setor que a Abisolo representa pode contribuir de forma significativa no fornecimento de fontes alternativas de micronutrientes, desde que haja mais incentivos a este setor;

2) É necessário respaldar o uso da rochagem desde que as rochas comercializadas atendam a critérios relacionados à granulométrica, teor total e prontamente disponível das fontes, "enriquecimento" das rochas moídas com fontes minerais já liberadas para garantir níveis mínimos dos micronutrientes;

3) Que o Programa de remineralização dos solos contemple também as indústrias de fertilizantes micronutrientes e produtores rurais através da extensão das mesmas condições de crédito, para produção e aquisição de outras fontes para esses minerais obtidos em produtos orgânicos, minerais ou organominerais que já sigam as regulamentações vigentes de 1980, 2004 e 2006;

4) É necessário contemplar os seguintes itens: forma de obtenção, aplicação na agricultura, eficiência agronômica das fontes, quantidades de nutrientes biodisponíveis e legislação (Mapa).

A proposta deste Projeto de Lei visando ao enriquecimento dos solos com micronutrientes torna-se uma grande oportunidade para o setor de fertilizantes, pois estabelece políticas públicas especialmente para a área de micronutrientes, o que possibilita maiores investimentos para o setor por meio da alocação de recursos orçamentários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. A Abisolo, que representa as Indústrias de Tecnologias em Nutrição Vegetal, apoia iniciativa como esta, pois entende que a fertilização dos solos é um passo importante para a produção de alimentos com qualidade.

*Diretor de Meio Ambiente



QUEM PLANTA COM TECNOLOGIA
COLHE SEMPRE OS
MELHORES RESULTADOS.

Algas marinhas, Aminoácidos
Micronutrientes quelados,
Ácidos húmico e fúlvico,
Tecnologia de aplicação e
Peletização de sementes

17 anos

Tecnologias para a Natureza

rigrantec

Fone: (51) 3341.3225
| rigrantec@rigrantec.com.br |
www.rigrantec.com.br

Insumos orgânicos reduzem a emissão de GEE

Rodrigo Rehder do Amaral*



A deposição descontrolada de material orgânico na natureza acarreta a liberação dos Gases do Efeito Estufa (GEE), que são o metano (CH4) e o óxido nitroso (N2O).

Os insumos orgânicos passam a ser um grande e valioso aliado na mitigação dos GEE. Isso porque, na sua produção, são utilizados materiais muito ricos em matéria orgânica, que passam pelo processo de compostagem, que pode reduzir, em muitos casos, em até 96% as emissões dos GEE (conforme palestra apresentada por Caio de Teves Inácio, da Embrapa Solos, durante o Fórum Abisolo 2011, em Piracicaba-SP).

Este dado, por si só, já justifica de forma contundente o apoio para ser dado na realização de ações com o objetivo de aumentar os sistemas de compostagem, bem como favorecer linhas de crédito para incentivar as iniciativas privadas a aplicarem investimentos na criação de plantas industriais de compostagem.

Além de favorecer a mitigação dos GEE, a produção de insumos orgânicos pode ser considerada estratégica, pois complementará o uso de fertilizantes minerais, que em sua maioria são de origem estrangeira, diminuindo a dependência do Brasil nas importações desses produtos.

Mas atendo-se ao enorme efeito na mitigação dos GEE, temos por todo o território nacional uma grande quantidade de resíduos gerados, sejam eles de origem:

- Agrícola e agroindustrial: estercos (bovinos, aves, suínos, equinos e outros), restos de cultura, sobras de colheita, materiais descartados do processamento de grãos, cana, indústria madeireira, e muitos outros.
- Urbana: sobras de alimentos, descartes de centros de comercialização de frutas, verduras, e os mais variados tipos.

Todos eles são "compostáveis", e, ao se ajustarem políticas públicas que não permitam o descarte indiscriminado em aterros sanitários, pode-se gerar uma quantidade considerável de insumos orgânicos para abastecer a agricultura nacional.

Devemos também não esquecer os esforços para aprimorar os controles com relação ao uso dos resíduos de origem urbana, de modo a não ocorrer mistura ou contaminação com dejetos humanos. Isso evita possível presença de patógenos ou até de altos teores de metais pesados. Os órgãos ambientais estaduais, assim como o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), estão cada vez mais aprimorando as regras de descarte e uso destes resíduos. Deve-se aumentar ainda mais as fiscalizações para que não se tenha um uso indiscriminado desses materiais.

A Abisolo, representando não somente suas empresas associadas, mas também todo o setor de insumos agrícolas, vem atuando e colaborando com as revisões da legislação em vigor, com proposições de alterações condizentes com a modernidade que se espera para o setor. Além disso, busca encontrar canais para fomentar empreendimentos para esta área.

*Diretor de Condicionadores de Solo e Substratos para Plantas

Lições da Rio+20

Gean Carlos Silva Matias*



A Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), realizada no Rio de Janeiro, contou com a participação da Abisolo na apresentação de duas palestras intituladas:

a) Indústrias de tecnologias em nutrição vegetal, uma opção para a agricultura sustentável;

b) Segurança alimentar e sustentabilidade agrícola.

Como é impossível falar em desenvolvimento da agricultura sem incluir o tema da sustentabilidade, cabe então destacar a importância do enfoque nas tecnologias para aumentar o aproveitamento eficiente dos recursos naturais e minimizar os impactos ambientais. Neste sentido, as indústrias de tecnologia em nutrição vegetal participantes da Abisolo possuem papel importante neste processo, pois oferecem insumos cuja premissa parte da utilização de processos para o aumento da eficiência dos fertilizantes.

A realização da Rio+20 deixou algumas lições para o setor de fertilizantes, como, por exemplo, a indicação da necessidade de investimentos em tecnologias para a produção de alimentos com menor impacto ambiental e a utilização dos insumos orgânicos como opção importante para atingir esses objetivos.

Existem, no entanto, outros aspectos a serem considerados. O evento deixou evidente a necessidade de políticas públicas associadas aos esforços conjuntos da sociedade e dos segmentos empresariais para garantir o desenvolvimento sustentável. Nessa caminhada, o primeiro passo decisivo é o envolvimento das indústrias de fertilizantes. À demanda por alimentos, que aumenta a cada ano em termos quantitativos e além da quantidade, em tempo veio se juntar a grande ênfase aos aspectos de qualidade alimentar.

Para confrontar estes desafios, são fixadas prioridades dentre uma série de propostas. A suplementação de crianças, a fortificação com micronutrientes e a biofortificação são listadas como ações prioritárias. Assim, mais uma vez a indústria de tecnologia em nutrição vegetal se insere como uma opção para o fornecimento de nutrientes que impactam diretamente na segurança alimentar. ■

*Diretor de Meio Ambiente

DIRETORIA
Presidente - Roberto Levrero
Vice Presidente - Guilherme Romanini
Diretor Administrativo Financeiro - Alexandre D´Angelo
Diretor de Relações Institucionais Comunicação Social - Leonardo Regis Pereira
Diretor de Meio Ambiente - Gean Carlos Silva Matias
Diretores Técnicos:
Fertilizantes Foliares e Micronutrientes - Gilberto Pozzan
Fertilizantes Orgânicos -Kátia Goldschmidt Beltrame
Fertilizantes Organominerais -Gustavo Branco
Condicionadores de Solo e Substratos para Plantas -Rodrigo Rehder

Conselho Consultivo e Fiscal
Antônio Ricardo Figueiredo
José Roberto Pereira de Castro
Lucien de Paula Corrêa

Equipe Executiva
Secretário Executivo- José Alberto Nunes da Silva
Assistente de Comunicação- Felipe Gonçalves
Assistente Administrativo- Keity Gimenes Peres de Souza

abisolo
Associação Brasileira das Indústrias de Tecnologia em Nutrição Vegetal
Av. Paulista,2073-Conjunto Nacional Horsa
São Paulo/ SP - CEP: 01311-940
Telefone: (11) 3251 4559 - (11) 3251 4563
abisolo@abisolo.com.br
twitter.com/AbisoloBrasil
www.abisolo.com.br